
Imprensa escravista em Minas Gerais: a manutenção do racismo entre os anos 1820 e 1829¹

Pedro Henrique Magalhães Mendonça²
Nísio Teixeira³
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Resumo

Esta pesquisa investiga como a imprensa mineira (1820-1829) atuou na naturalização da escravização e na legitimação simbólica da hierarquia racial no Brasil oitocentista. A partir da metodologia de análise crítico-racial das engrenagens midiáticas, foram examinados quatro jornais: “Abelha do Itaculúmy”, “Astro de Minas”, “O Amigo da Verdade” e “O Universal”. O objetivo é mapear e interpretar os discursos que desumanizavam corpos negros, especialmente em anúncios de venda, punição e fuga de pessoas escravizadas. Os resultados revelam que tais periódicos reforçavam a lógica escravocrata e serviam aos interesses das elites. A pesquisa contribui para os estudos sobre mídia, raça e memória, ao evidenciar o papel histórico da imprensa na consolidação de imaginários racistas e na sustentação do racismo estrutural contemporâneo.

Palavra-chave: racismo; escravização; resistência negra; memória; imprensa mineira.

Introdução

A história do povo negro no Brasil é marcada por violência, resistência e uma luta constante por humanidade. Desde o sequestro de milhões de africanos, transformados em mercadoria pelo tráfico atlântico, o projeto colonial brasileiro foi fundado na desumanização dos corpos negros. A travessia nos navios tumbeiros iniciou um processo de apagamento identitário, seguido por um cotidiano de escravização baseado em castigos, vigilância e trabalho forçado.

Com mais de três séculos de duração, a escravização no Brasil foi a mais longa das Américas, sustentada por uma economia latifundiária e uma elite escravocrata. No entanto, a população negra resistiu continuamente, seja por meio da formação de quilombos, como Palmares, das revoltas urbanas e rurais, como a dos Malês (1835), ou pelas táticas cotidianas de preservação cultural e solidariedade entre os cativos.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro dos grupos de pesquisa Escutas (UFMG) e JorNaL (UFOP). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Bolsista Capes. E-mail: pedrodimendonca@gmail.com.

³ Professor Doutor em Ciência da Informação (ECI-UFMG). Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, co-coordenador do grupo Escutas (UFMG). E-mail: nisiotei@ufmg.br.

A abolição, em 13 de maio de 1888, foi fruto da pressão social e das lutas negras, e não de generosidade da monarquia. Contudo, não houve reparação: sem acesso à terra, à educação ou ao trabalho digno, os ex-escravizados foram empurrados à marginalização. Como afirma Almeida (2018), o racismo seguiu operando, apenas trocando o tronco pelo fuzil.

No século XIX, a imprensa teve papel central na legitimação da escravização. Jornais como o “Abelha do Itaculúmy”, “Astro de Minas”, “O Amigo da Verdade” e “O Universal” ajudaram a construir um imaginário que naturalizava o regime escravocrata. Por meio de anúncios de vendas, fugas e sentenças de castigo, essas publicações classificavam os negros como bens móveis, apagando sua humanidade.

Esses jornais funcionavam como instrumentos de pedagogia do terror, ensinando que o negro era inferior, perigoso e descartável. Ao apresentar a violência como algo rotineiro e legítimo, a imprensa mineira da década de 1820 consolidou um discurso que sustentava e perpetuava a escravização.

Este estudo propõe investigar como a imprensa mineira, entre 1820 e 1829, atuou na naturalização da escravização no Brasil Império, contribuindo ativamente para a legitimação da ordem racial vigente. A hipótese central é que os jornais mineiros do período, mais do que simples registros do cotidiano, funcionaram como dispositivos ideológicos de reprodução do racismo, colaborando para a mercantilização dos corpos negros e para a consolidação de uma memória social desumanizante. Ao descrever, classificar e noticiar a violência como rotina, o discurso jornalístico desempenhou um papel fundamental na ancoragem simbólica do racismo estrutural que ainda marca a sociedade brasileira.

A pesquisa parte da pergunta: de que maneira a imprensa mineira, no recorte de 1820 a 1829, atuou na naturalização da escravização e na legitimação simbólica da hierarquia racial no Brasil oitocentista? A intenção é mapear os mecanismos discursivos que construíram o negro como figura subalterna, perigosa ou simplesmente como propriedade, segundo os interesses das elites agrárias e escravocratas. Anúncios de venda de escravizados, relatos de punições e registros de fugas serão tomados como evidências centrais dessa operação midiática de desumanização.

Para isso, serão analisadas edições digitalizadas dos jornais “Abelha do Itaculúmy”, “Astro de Minas”, “O Amigo da Verdade” e “O Universal”, veiculados na

província de Minas Gerais durante a década de 1820 e disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. A escolha desse período se justifica pelo fortalecimento do modelo escravocrata no Império e pelas tensões políticas e sociais que começavam a desafiar esse sistema. A análise desses periódicos permite acessar o imaginário da elite mineira e entender como a imprensa articulava discursos que mantinham a ordem escravocrata.

A metodologia será qualitativa, fundamentada na lente crítico-racial das engrenagens midiáticas, proposta pelos autores da pesquisa, e articulada com teorias interseccionais sobre mídia, raça e poder. A proposta é historicizar o papel da imprensa na legitimação da violência racial e, assim, contribuir para o debate contemporâneo sobre os fundamentos simbólicos do racismo estrutural. Ao resgatar essas narrativas e desnaturalizar seus efeitos, o estudo busca colaborar para a descolonização dos arquivos históricos e para a reconstrução crítica das memórias negras no Brasil.

A imprensa mineira como instrumento de naturalização da escravização

O racismo no Brasil não é um acidente histórico, mas um projeto. Nasceu com a colônia, estruturou-se com o latifúndio escravista e reinventou-se após a abolição inconclusa. No século XIX, enquanto a elite agrária-escravista se enriquecia com o sangue negro, hierarquias raciais eram legitimadas, transformando corpos em mercadoria e resistência em crime. Não havia ambiguidade: o sistema dependia da desumanização. A violência não era residual e, sim, o alicerce.

A imprensa mineira do período foi um dos principais instrumentos dessa dominação. Jornais como o “Abelha do Itaculúmy”, “Astro de Minas”, “O Amigo da Verdade” e “O Universal” refletiam a ordem escravista, também a reproduzindo e naturalizando - uma espécie de máquinas de propaganda a serviço das elites. Seus anúncios de fugas de escravizados, leilões de corpos e sentenças judiciais expõem abertamente a lógica racializada da época.

Como demonstra Quijano (2005), a colonialidade do poder articulava raça e capital de forma indissociável. Os jornais do século XIX eram cúmplices dessa estrutura, tratando pessoas negras como objetos descartáveis. No “Astro de Minas” (1828), lia-se: “Acha-se na Cadeia desta Vila um escravo de nação Moçambique, idade de 20 anos; quem o quiser comprar, dirija-se ao Capitão-Mor João Pereira Pimental” (Astro de Minas, 1828, p. 4).

A linguagem burocrática, desprovida de qualquer humanidade, revela como a imprensa mineira normalizava a mercantilização de corpos. Se tratava de espaços para transações comerciais disfarçadas de informes públicos.

O jornal “Abelha do Itaculmy” (1824) ia além, detalhando castigos com requintes de crueldade: “José Crioulo, escravo de Manoel Gonçalves da Fonseca, pela morte do dito seu Senhor, morte natural para sempre. Cabeça e mãos decepadas e postas no lugar do delicto em parte alta até que o tempo as consuma” (Abelha do Itaculmy, 1824, p. 3). No caso em questão, por embargos da Junta da Justiça, a pena foi convertida em prisão perpétua.

Essas narrativas não eram neutras. Eram pedagogias do terror, destinadas a aterrorizar a população negra e reafirmar o poder senhorial. A violência escravista antecipava em séculos o que Mbembe (2018) chamaria de necropolítica. Cada pelourinho, cada senzala, cada “Casa Grande” era um microcosmo onde o poder decidia quem merecia viver e quem deveria apenas sobreviver. O regime não se contentava em explorar corpos negros; precisava esmagar sua humanidade. Açoites públicos, estupros institucionalizados e a destruição sistemática de famílias eram técnicas de dominação. Não por acaso, os mesmos mecanismos que sustentaram o cativeiro são mantidos na atualidade no genocídio da população negra, agora executado por armas de fogo em vez de chicotes, mas com a mesma lógica de extermínio.

Charles Mills (2023) identificaria nesse sistema o “contrato racial” em sua forma mais crua. Enquanto a branquitude usufruía de uma cidadania fictícia (já que até a República era excludente), a população negra sequer era considerada sujeito de direito. A abolição de 1888, quando finalmente chegou, não representou ruptura, mas adaptação: o trabalho livre dos negros se transformou em marginalização, seus corpos em alvos preferenciais da repressão estatal.

Mas essa história não é apenas de opressão: é também de insurgência. Nos quilombos que desafiavam a geografia do poder, nas irmandades negras que preservavam culturas africanas, na Revolta dos Malês (1835) que abalou a Bahia, a população escravizada escrevia sua própria narrativa. Como lembra Nascimento (1978), o genocídio se mede não apenas em corpos destruídos, mas em futuros roubados. E foi exatamente esse futuro que quilombolas, mães de santo e capoeiras se recusaram a entregar.

Ainda na década de 1820, a imprensa mineira também atuava na fabricação do criminoso negro. Enquanto senhores de escravos eram indiretamente retratados como vítimas, os negros escravizados fugidos eram os rebeldes. No “Astro de Minas” (1828), um anúncio típico:

No dia 18 de Outubro do anno proximo passado fugio da fazenda da Vagem, freguezia da Parahiba do Sul, hum escravo do S. Mor Manoel Borges de Carvalho, de nome Joaquim, nação Congo, idade pouco mais ou menos 20 anos, com ponta de barba, boa estatura, muito bem feito, com huma orelha furada, em que trazia bixa, da roupa não se faz exacta menção por levar muita, que era pagem de cabelo: quem delle souber, queira envia-lo á seu dono que satisfará toda a despeza. (Astro de Minas, 1828, Ed. 44, p. 4)

Já em “O Amigo da Verdade” (1829), uma escravizada fugida era descrita com termos que destacavam sua utilidade laboral, não sua humanidade: "Petornilha, parda, 28 anos, clara, rosto quadrado, cabelo anelado, ossuda de pés e mãos" (O Amigo da Verdade, 1829, ed. 20, p. 2).

Fabricação do "perigo negro"

O mito da democracia racial no Brasil surgiu no fim do Império como estratégia das elites para manter o poder após a abolição. Como aponta Almeida (2018), esse discurso mascarava o racismo estrutural ao exaltar a mestiçagem como símbolo de harmonia racial, quando na verdade ela funcionava como política de embranquecimento, continuada no século XX por meio de políticas imigratórias que favoreceram europeus em detrimento da população negra.

O jornalismo, como prática discursiva, reforça essa estrutura ao padronizar e estereotipar as representações da população negra, promovendo imagens unidimensionais que legitimam a discriminação. Como analisam Corrêa e Bernardes (2019), essa narrativa midiática invisibiliza as complexidades das experiências negras e reforça a exclusão simbólica e material.

A crítica de Nascimento (1978) desvela a falácia da democracia racial ao evidenciar a ausência de representatividade negra e as políticas de embranquecimento. Ele expõe o racismo como um projeto de marginalização estrutural e genocida, que opera não por ações pontuais, mas por meio da negação sistemática de direitos, da

violência estatal e da omissão institucional. Nascimento também reposiciona o negro como sujeito ativo de resistência, recusando a ideia de uma vitimização passiva.

A violência racial, portanto, deve ser compreendida como parte constitutiva do capitalismo. Como afirma Robinson (2023), o capitalismo é, desde sua origem, um sistema racializado. O conceito de “capitalismo racial” mostra que o racismo foi central à formação das hierarquias econômicas e sociais, servindo para legitimar tanto a escravização quanto as formas modernas de opressão. No Brasil, a abolição não rompeu com essa lógica, apenas a reconfigurou em novas formas de precarização e exclusão.

A permanência do racismo também se expressa no que Carneiro (2005) identifica como continuidade do biopoder escravista: a seletividade da morte e da vida no Brasil contemporâneo. O Estado decide quais corpos devem ser protegidos e quais podem ser descartados, como nas operações policiais, no encarceramento em massa e na mortalidade de mulheres negras.

A resistência negra, contudo, permanece viva: das revoltas escravas ao movimento negro contemporâneo, há uma tradição radical que articula raça e classe a partir de uma consciência histórica própria.

A imprensa mineira oitocentista como aparelho ideológico da ordem escravocrata

Esta pesquisa propõe a lente crítico-racial das engrenagens midiáticas, uma abordagem metodológica desenvolvida pelos autores deste estudo (2025), fundamentada nas contribuições dos estudos críticos sobre raça e racismo. Tal lente busca compreender como a imprensa oitocentista operou como estrutura de reprodução simbólica e material da ordem escravista e racializada no Brasil.

A investigação está organizada em quatro eixos metodológicos articulados:

a) mapeamento arquivístico: levantamento e seleção de jornais;

b) análise crítico-racial do discurso jornalístico: a partir da lente crítico-racial, é realizada uma análise das formações discursivas presentes nos periódicos, buscando identificar os modos pelos quais os jornais articularam os eixos de raça, trabalho e moralidade, observadas as representações do negro escravizado (vocabulário empregado e estereótipos recorrentes) e a presença e o conteúdo de anúncios de venda de pessoas escravizadas, compreendidos como expressões materiais da objetificação racial;

c) diagnóstico das engrenagens ideológicas: a imprensa é analisada como eixo de intermediação entre o Estado imperial, as elites econômicas e o senso comum

branco, atuando na produção e circulação de discursos racializantes que conformaram sujeitos e subjetividades. As publicações são tratadas como documentos históricos que ajudaram a estruturar os modos de pensar e agir racializados na sociedade escravocrata.

d) confronto com a tradição radical negra: por fim, o estudo busca vestígios de resistência e subversão dos escravizados nas páginas dos jornais selecionados. A análise visa tensionar os silêncios e ausências das vozes negras, bem como identificar indícios da tradição radical negra, manifestações que escapam, confrontam ou desestabilizam as engrenagens ideológicas da imprensa escravista.

Com essas etapas articuladas, será possível compreender de forma mais aprofundada as dinâmicas discursivas e ideológicas que atravessaram a imprensa mineira oitocentista, revelando como os jornais contribuíram para a conformação de um imaginário racializado e, simultaneamente, identificar os tensionamentos e fissuras provocados pelas vozes negras silenciadas ou sub-representadas.

a) O recorte analítico abrange quatro periódicos mineiros disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, selecionados por sua alta incidência de termos racializados ("negro/negra", "escravo/escrava"). O “Abelha do Itaculuny” (Ouro Preto) e “O Universal” (Ouro Preto) representam a elite mineradora, enquanto “Astro de Minas” e “O Amigo da Verdade” (São João del Rei) refletem o eixo cafeeiro-emancipacionista.

O período (1820-1829) é o marcado pelo primeiro registro de publicações identificadas pelo portal de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional. Esse período captura o momento de transição do colonialismo para o Império, quando a imprensa se consolidava como aparelho ideológico.

b) A imprensa mineira do século XIX atuava como máquina de objetificação racial, transformando corpos negros em mercadorias por meio de descritores biométricos e linguagem burocrática. Nos anúncios da "Abelha do Itaculuny" (1824), como a descrição do "escravo Pardo, claro, alto, cabelos algum tanto louros, olhos azuis" (Ed.64), a miscigenação era medida para criar hierarquias na escravização. No "Astro de Minas" (1828), descrições detalhadas como a de Joaquim Congo "orelha furada, em que trazia bixa" (Ed.44) tratavam marcas culturais africanas como elementos de identificação criminal. A violência ritualística aparece em sentenças como a de José

Crioulo — "morte natural para sempre. Cabeça e mãos decepadas" (Ed.108) usada como espetáculo pedagógico.

Nos anúncios de venda, como o da "huma escrava de nação Mina" no "O Universal" (1826) (Ed.123) ou escravizados com "quatro e mais anos de praso" no "Astro de Minas" (1828) (Ed.136), corpos eram mercantilizados e financiados, reafirmando o poder senhorial. A imprensa também medicalizava e patologizava o negro, como o termo "ladino" em "Astro de Minas" (Ed.184) ou a descrição de Petronilha com "ossuda de pés e mãos" em "O Amigo da Verdade" (Ed.20), animalizando o escravizado.

Os anúncios em "O Universal" (1826-1829) concentravam-se em ofertas de venda e recompensas por fugas, usando descrições físicas e étnicas (ex.: "nação Mina", "nação Congo", "Nagô") e estereótipos que desumanizavam. Um anúncio descreve uma escravizada que "faz todo o serviço de casa", reduzindo-a a mercadoria doméstica.

c) Os jornais funcionavam como aparelhos que intermediam Estado e elites, convertendo a violência estrutural em senso comum. No "Abelha do Itaculummy" (1824), sentenças como "cento e cinquenta açoites junto a força" (Ed.113) tornavam execuções espetáculos morais. A ligação entre imprensa e poder fica clara em anúncios assinados por autoridades, como o Capitão-Mor João Pereira Pimental no "Astro de Minas" (1828) (Ed.56) e o Alferes Francisco Vieira no "Abelha" (1824) (Ed.121).

Narrativas sobre fugas criminalizavam o negro, como em "O Amigo da Verdade" (1829), que descrevia Petornilha com dentes "enfrente pela parte de cima, chumbados" (Ed.20), transformando marcas decorrentes de maus-tratos em sinais de perigo.

Os jornais também gerenciavam a mão de obra, anunciando fugitivos como "Appareceo hum escravo novo no Destricto do Arraial da Saude" no "Abelha do Itaculummy" (1824) (Ed.136), atuando como centros de inteligência para realocação. "O Universal" legitimava a escravização naturalizando-a e intermediando o mercado de pessoas, construindo corpos negros como "cego do olho direito" e perigosos, seguindo a lógica da supremacia branca.

d) Apesar do discurso hegemônico, há indícios de resistência. Fugas coletivas, como a de "e vão com ele mais dous, ou trez Pardos" no "Abelha do Itaculummy" (1824) (Ed.64), revelam redes de solidariedade e insurgência. Sentenças como a de José Crioulo, condenado por matar seu senhor ("Abelha do Itaculummy", Ed.108), mostram a

violência dialética da escravização, com revoltas que a imprensa registrava inadvertidamente como história da resistência.

A menção a escravizados especializados, como o "capateiro" de mãos calosas ("Abelha do Itaculamy", Ed.64) ou Silvestre com "luzes de arrear bestas" ("Astro de Minas", Ed.136), expõe a dependência do sistema colonial nas habilidades negras, contradizendo a desumanização. Marcas culturais africanas como a "bixa na orelha" de um escravo ("Astro de Minas", Ed.44) indicam a persistência cultural.

Embora os anúncios de "O Universal" não deem voz direta às pessoas escravizadas, eles revelam indiretamente as práticas de resistência negra. As fugas relatadas são, por si só, testemunhos de insubmissão e desejo de liberdade. São rastros da tradição radical negra que, mesmo apagada na narrativa do jornal, ressurgem como ruptura na ordem disciplinar escravocrata. O silêncio sobre as motivações das fugas é revelador: a imprensa não reconhece o escravizado como sujeito político, mas sua ausência nos domínios do senhor denuncia um gesto de desobediência e agência.

Considerações Finais

A análise da imprensa mineira entre 1820 e 1829 revela que os jornais foram agentes ativos na manutenção e naturalização da ordem escravista. Por meio de anúncios de venda, fugas e castigos, periódicos como o "Abelha do Itaculamy", o "Astro de Minas", "O Amigo da Verdade" e "O Universal" operavam como máquinas ideológicas, transformando pessoas em mercadorias e resistência em crime. Sua linguagem burocrática e descritiva não era neutra: era uma pedagogia do terror, destinada a reforçar a hierarquia racial e justificar a violência estrutural.

A imprensa mineira cumpriu um papel central na construção do imaginário racial brasileiro, antecipando mecanismos de controle que persistem até hoje. Ao categorizar corpos negros por fenótipos, habilidades laborais e supostas "periculosidades", os jornais legitimavam a escravização como um fato natural, não como uma aberração moral. Essa desumanização midiática não apenas servia aos interesses econômicos das elites escravocratas, mas também moldava a subjetividade da sociedade branca, ensinando-a a ver o negro como objeto, ameaça ou propriedade.

No entanto, mesmo dentro desse sistema opressivo, é possível identificar fissuras e resistências. As fugas coletivas, as revoltas individuais e as marcas culturais preservadas à revelia do sistema demonstram que a população escravizada nunca

aceitou passivamente a situação. A imprensa, ao tentar silenciar essas vozes, acabou registrando, ainda que de forma distorcida, traços de uma insurgência negra que desestabilizava a ordem escravocrata.

Este estudo ressalta que o racismo brasileiro não é um resquício do passado, mas uma estrutura dinâmica que se reinventa. Os mesmos mecanismos que no século XIX justificavam a escravização, hoje se manifestam no encarceramento em massa, na violência policial, na marginalização econômica da população negra e no genocídio negro.

A pesquisa evidencia a necessidade de descolonizar os arquivos históricos, buscando não apenas denunciar a violência, mas também recuperar as estratégias de luta e sobrevivência da população negra. A memória é um campo de disputa, e recontar a história sob uma perspectiva crítica é um passo fundamental na desconstrução do racismo estrutural que ainda define o Brasil.

Referências

ABELHA DO ITACULUMY. Ouro Preto. 1824. Edições 64; 108; 113; 116 e 121.

ASTRO DE MINAS. São João del Rei. 1828. Edições 44; 56; 108 e 136.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CORRÊA, L. G.; BERNARDES, M. “Quem tem um não tem nenhum”: solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira. In: CORRÊA, L. G. (Org.). **Vozes negras em comunicação: mídias, racismos, resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO (ed). **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas**, 2005.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MILLS, C. W. **O contrato racial**. 1ª Edição. Zahar. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

O AMIGO DA VERDADE. São João del Rei. 1829. Edição 20.

O UNIVERSAL. Ouro Preto. 1826 a 1829. Edições 123 e outras.

ROBINSON, C. J. **Marxismo Negro: A criação da Tradição Radical Negra**. Trad. Fernanda Silva e Sousa, Caio Neto dos Santos, Margarida Goldszajn. São Paulo: Perspectiva, 2023.